RELATO INSTITUCIONAL

(Ano base 2024)

SUMÁRIO

1. Breve Histórico da IES 3
2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso 4
2.1. Conceitos obtidos pela FACEM nas Avaliações Institucionais Externas 5
3. Projetos e processos de autoavaliação 5
4. Divulgação e análise dos resultados da autoavaliação 7
5. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos 17
6. Processos de Gestão 21
7. Demonstração de evolução Institucional 22
8. Conclusão 22

1. Breve Histórico da IES

A **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO** pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, com Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.099.219/0001-01, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017.

A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da ASSUPERO de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob denominação de **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR S/S LTDA**., cuja ata encontra-se registrada no 4º Registro de Pessoas Jurídicas da Capital sob nº 669725, de 22 de janeiro de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01.

Em 06 de julho de 2018, após registro na JUCESP, sob NIRE nº 3523113603-9, ocorreu a transformação do tipo societário para **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA**., permanecendo o mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01.

Com a transformação, a **ASSUPERO** passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou no cadastro do sistema e-MEC.

O **FACULDADE DO ESTADO DO MARANHÃO – FACEM** é um estabelecimento isolado de ensino superior situado na Av. São Marçal, nº 214 – João Paulo, em São Luís, Estado do Maranhão.

Uma vez credenciada pela Portaria Ministerial n.º 3.543, publicada no D.O.U. de 28/11/2003, a FACEM passou a oferecer programas de graduação em diferentes áreas de conhecimento, a saber: Administração autorizado pela Portaria n.º 3.544, publicada no D.O.U. de 28/11/2003; Ciências Contábeis, autorizado pela Portaria n.º 3.545, publicada no D.O.U. de 28/11/2003; Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda autorizado pela Portaria n.º 3.547, publicada no D.O.U. de 28/11/2003; e Turismo, autorizado pela Portaria n.º 3.546, publicada no D.O.U. de 23/12/2002. Em 2006 foi autorizado o curso de Direito através da portaria nº 1.356, publicada no D.O.U de 21/07/2006. Em 2007 foram autorizados os cursos superiores de menor duração: Comércio Exterior; Gestão Comercial; Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Turismo; Gestão Hospitalar; Marketing; Processos Gerenciais através da portaria nº 364, publicada no D.O.U. de 22/05/2007.

Em 2009 o curso de Ciências Contábeis foi reconhecido através da portaria nº 1.148, publicada no D.O.U. de 30/07/2009 e o curso de Administração foi reconhecido através da portaria nº 127, publicada no D.O.U. de 08/02/2010.

Em 2011, foi autorizado o curso de Matemática através da Portaria nº 40/11, publicada no D.O.U de 11/01/2011. Em 2013 houve a renovação de reconhecimentos dos cursos de Administração, através da Portaria nº 737/13 publicada no D.O.U. de 31/12/2013, houve nova Renovação de Reconhecimento através da Portaria nº 86/19 publicada no D.O.U. de 20/02/2019 e Ciências Contábeis, através da Portaria 704/13 publicada no D.O.U de 19/12/2013. O curso de Direito foi reconhecido através da Portaria nº 655/13 publicada no D.O.U nº 12/12/2013.

Ao longo deste relatório referente ao exercício de 2024, veremos os avanços já realizados e o que precisamos aprimorar nos aspectos administrativo-pedagógico, especialmente, na efetivação da melhoria estrutural do FACEM, por meio de uma pesquisa quantiqualitativa com os acadêmicos dessa IES, direcionado para de ensino presencial dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito.

Quadro 1: Membros da CPA

MEMBRO	SEGMENTO REPRESENTATIVO
Prof. Silvia Gardênia Gomes Serrão	Coordenador da CPA
Prof. Franklin Douglas Ferreira	Representante do corpo Docente
Nil Frank Silva da Costa	Representante do Corpo Técnico-Administrativo
Carlos Eduardo Facundes da Silva	Representante do Corpo Discente
Josélia Maria Sousa Costa	Representante do Corpo Egresso
Júlio Cezar Pereira Campos	Representante da Sociedade Civil

2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso

CI	ENADE 2022	CPC	CC	IGC
3	2	2	3	2

Quadro 2: Autorização e Reconhecimento

Cursos Autorizados	Ato Legal			Vagas	Nº de alunos			
	Autorização	Reconhecimento	Renovação		2023		2024	
					1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
Administração	Port. 3.544 – 26/11/03 DOU 28/11/03	Port 127 – 05/02/10 DOU 08/02/10	Port 86/19 DOU 20/02/19	600 N	**7**	**2**	**0**	**0**
Ciências Contábeis	Port. 3.545 – 26/11/03 DOU 28/11/03	Port. 1.148 – 29/07/09 DOU 30/07/09	Renov. Rec. - Port. nº 400/21	100 N	**3**	**1**	**2**	**0**
Direito	Port. 1.356 – 20/07/06 DOU 21/07/06	Port 655/13 DOU 12/12/13	Renov. Rec. - Port. nº 1.706/21	100 N	**45**	**38**	**21**	**0**

2.1. Conceitos obtidos pela FACEM nas Avaliações Institucionais Externas

Curso	ENADE 2022	CPC	CC
Administração	2	2	3
Ciências Contábeis	2	2	3
Direito	2	2	3

3. Projetos e processos de autoavaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) das IES foi instituída por meio da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em consonância com o Art. 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A atuação da CPA é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição, em conformidade com o determinado no inciso II, do art. 11, da Lei nº 10.861/2004.

Constituem objetivos da CPA:

1. Coordenar os processos de avaliação internos da instituição;
2. Elaborar, implementar e acompanhar o Projeto de Avaliação Interna da IES;
3. Sensibilizar a comunidade interna da IES para participar ativamente das ações avaliativas;
4. Sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP/MEC;

5. Promover as ações institucionais necessárias ao cumprimento dos objetivos do SINAES;

6. Conduzir de forma ética os processos de avaliação interna;

7. Estimular a cultura da auto avaliação no meio institucional.

Compete à CPA:

1. Organizar os procedimentos e instrumentos a serem usados na avaliação interna da IES, incluindo a formação de grupos de trabalho;

2. Coordenar e participar da elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados e informações sobre a realidade institucional;

3. Garantir o rigor na coleta de dados e informações, bem como em todas as atividades pertinentes à avaliação interna;

4. Articular a participação de toda a comunidade interna e externa no processo avaliativo;

5. Promover seminários e debates de sensibilização da comunidade universitária para que participem ativamente do processo de avaliação interna;

6. Coordenar a análise dos dados e informações coletados, produzindo relatórios destinados a subsidiar o planejamento estratégico das IES;

7. Promover a ampla disseminação dos resultados da avaliação interna institucional mediante a divulgação de relatórios, informativos e boletins;

8. Empenhar-se para que a autoavaliação seja ponto de partida para a reflexão e proposições de melhorias institucionais;

9. Elaborar os relatórios parciais e finais referentes a cada período avaliativo institucional.

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo promover melhoras do ensino e da aprendizagem. Para tanto utiliza a avaliação como instrumento. Desta forma, procura contribuir com a gestão universitária, indicando caminhos e revendo processos.

A CPA tem contribuído para o processo de avaliação interna, procurando aperfeiçoar seus instrumentos de pesquisa e envolver mais a participação de todos os segmentos.

Visando a participação da comunidade acadêmica de forma representativa, são envolvidos os discentes e docentes em pesquisas realizadas ao longo do ano, procurando através da autoavaliação, avaliar questões relacionadas ao ensino, extensão, responsabilidade social, infraestrutura, corpo docente e gestão da IES. Desta forma, buscando analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer a partir de sua missão.

Todo segmento envolvido recebe um instrumento onde permite manifestar sua satisfação ou insatisfação e fazer suas devidas observações. Estas informações obtidas vão ser utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar suas políticas acadêmica e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da própria instituição. A autoavaliação institucional, realizada de forma permanente, avalia todos os indicadores estabelecidas pelo INEP.

Para que a atividade da CPA seja uma constante na tomada de decisão da IES, é indispensável que os dados levantados sejam de fácil visualização e compreensão. É por este motivo que a complexidade das atividades realizadas e das informações obtidas pela CPA estão consolidadas esquematicamente pelas dez dimensões preestabelecidas pelo SINAES.

4. Divulgação e análise dos resultados da autoavaliação

A CPA da FACEM elabora periodicamente questionários de avaliação que são aplicados nos diversos setores da instituição, o que permite a verificação do cumprimento da missão e das políticas institucionais. A comunidade interna da FACEM, formada pela direção, professores, funcionários e alunos da instituição, beneficia-se da autoavaliação na medida em que adquire subsídios para refletir sobre seu projeto acadêmico-institucional e transforma-lo. A comunidade externa, por sua vez, tem acesso aos pontos e às fragilidades da instituição assim avaliados. A Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES, apoia-se em componentes básicos, que caracterizam processos distintos de avaliação:

- A avaliação institucional;
- A avaliação dos cursos de graduação;
- A avaliação do desempenho dos estudantes, conhecida por ENADE;
- A avaliação externa.

Sendo parte de um mesmo sistema de avaliação, cada um destes processos é desenvolvido em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si.

O resultado da pesquisa da Avaliação Institucional Interna, realizada no mês de novembro/2024, são os seguintes:

Não tivemos pesquisa de Avaliação Institucional da clientela: Alunos, pois não tivemos alunos ativamente matriculados no período correspondente à pesquisa (Final do ano de 2024).

Resultado da Avaliação Institucional Interna – Ano base 2024

DADOS OBTIDOS:

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA
Descrição: CPA - Pesquisa de Avaliação Institucional Interna
Período de resposta do questionário: 06/11/2024 à 11/11/2024
Perfil: PROFESSOR
Total de professores: 05
Total de participantes: 05
Participação: 100%

1. Você conhece o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FACEM.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

2. Você considera que seja necessário haver um sistema de avaliação das ações da FACEM.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

3. Você percebeu melhorias na FACEM decorrente de avaliações anteriores.

Concordo Plenamente. 3
Concordo Parcialmente. 2
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

4. Há interesse seu em conhecer o resultado deste processo avaliativo.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

5. Há interesse seu em participar do planejamento e execução de futuros processos avaliativos.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

6. Você conhece a missão da FACEM.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

7. Você conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FACEM.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

8. Você conhece o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

9. As ações praticadas pela FACEM favorecem a associabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Concordo Plenamente. 3
Concordo Parcialmente. 2
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

10. Periodicamente, as coordenações dos cursos retomam a discussão com os professores sobre a Missão da FACEM, o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), os PPCs (Projetos Pedagógicos dos Cursos), as Avaliação Externas de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Avaliação Institucional e a CPA, além das Atividades de Pesquisa e Extensão.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

11. O coordenador do curso é presente, ativo e conduz adequadamente as relações com os alunos.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

12. O apoio da FACEM aos alunos e professores, para participação em cursos, atividades de extensão de caráter social e humanitário, participação em eventos, congressos fora da Instituição é pleno.

Concordo Plenamente. 3
Concordo Parcialmente. 2
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

13. A comunicação interna na FACEM entre os coordenadores de curso, coordenação pedagógica e professores tem contribuído para um bom desempenho da sociedade acadêmica.

Concordo Plenamente 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

14. A valorização da ética, postura e conduta de pontualidade do início ao término das aulas são satisfatórios.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0

Discordo Plenamente. 0

15. O número de docentes é suficiente para atender satisfatoriamente às demandas.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

16. A qualidade de atendimento e das orientações prestadas pelos colaboradores da SECRETARIA é satisfatória.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

17. A qualidade de atendimento e das orientações prestadas pelos colaboradores da COORDENAÇÃO é satisfatória.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

18. As informações sobre os procedimentos administrativos estão organizadas de forma adequada no Manual e Portal do aluno.

Concordo Plenamente. 3
Concordo Parcialmente. 2
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

19. A FACEM divulga adequadamente as suas ações (eventos, calendários, prazos, etc.).

Concordo Plenamente. 3
Concordo Parcialmente. 2
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

20. Os serviços oferecidos pelos setores e departamentos da faculdade são adequados e o corpo técnico administrativo está capacitado para dar assistência aos professores no andamento das aulas.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

21. Existem equipamentos de apoio e material de consumo em quantidade suficiente para o desempenho das minhas atividades.

Concordo Plenamente. 3
Concordo Parcialmente. 2
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

22. Os equipamentos dos laboratórios de informática são adequados e em número suficiente.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

23. A quantidade e disponibilidade de livros da Bibliografia básica das disciplinas são satisfatórios.

Concordo Plenamente. 2
Concordo Parcialmente. 3
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

24. A FACEM demonstra favorecer a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

25. O ambiente para as aulas é apropriado quanto à acústica, luminosidade e ventilação.

Concordo Plenamente. 4
Concordo Parcialmente. 1
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA
Descrição: CPA - Pesquisa de Avaliação Institucional Interna
Período de resposta do questionário: 06/11/2024 à 11/11/2024
Perfil: TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
Total de técnicos-administrativos: 14
Total de participantes: 14
Participação: 100%

1. Você conhece o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FACEM.

Concordo Plenamente. 14
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

2. Você considera que seja necessário haver um sistema de avaliação das ações da FACEM.

Concordo Plenamente. 14
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

3. Você percebeu melhorias na FACEM decorrente de avaliações anteriores.

Concordo Plenamente. 10
Concordo Parcialmente. 4
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

4. Há interesse seu em conhecer o resultado deste processo avaliativo.

Concordo Plenamente. 14
Concordo Parcialmente. 0
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

5. Há interesse seu em participar do planejamento e execução de futuros processos avaliativos.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

6. Você conhece a missão da FACEM.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

7. Você conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FACEM.

Concordo Plenamente. 8
Concordo Parcialmente. 6
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

8. Você conhece o Regimento Interno da FACEM.

Concordo Plenamente. 8
Concordo Parcialmente. 6
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

9. Responsabilidade social é uma das preocupações da Instituição.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

10. Os serviços oferecidos pelos setores e departamentos da faculdade para orientações e reclamações estiveram disponibilizados durante todo o ano (secretaria, ouvidoria, etc).

Concordo Plenamente. 9
Concordo Parcialmente. 5

Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

11. Os coordenadores dos cursos são presentes, ativos e conduzem adequadamente as relações com os alunos.

Concordo Plenamente. 10
Concordo Parcialmente. 4
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

12. O apoio da FACEM aos funcionários, alunos e professores, para participação em cursos, atividades de extensão de caráter social e humanitário, participação em eventos, congressos fora da Instituição é pleno.

Concordo Plenamente. 5
Concordo Parcialmente. 9
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

13. A comunicação interna na FACEM entre os funcionários, coordenadores de curso, coordenação pedagógica e professores tem contribuído para um bom desempenho da sociedade acadêmica.

Concordo Plenamente. 8
Concordo Parcialmente. 6
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

14. Os professores da instituição estão empenhados no desenvolvimento e na qualidade do FACEM.

Concordo Plenamente. 11
Concordo Parcialmente. 3
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

15. O número de colaboradores é suficiente para atender satisfatoriamente às demandas.

Concordo Plenamente. 11
Concordo Parcialmente. 3
Discordo Parcialmente. 0

Discordo Plenamente. 0

16. De maneira geral, estou satisfeito(a) com a administração da instituição.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

17. A administração da instituição se mostra aberta a acolher e implantar novas ideias.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

18. A Administração da FACEM em geral se preocupa com o relacionamento entre funcionários.

Concordo Plenamente. 8
Concordo Parcialmente. 3
Discordo Parcialmente. 3
Discordo Plenamente. 0

19. Tenho conhecimento da existência de um plano de carreira para os funcionários da FACEM.

Concordo Plenamente. 8
Concordo Parcialmente. 6
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

20. Sou previamente informado quando ocorrem mudanças de procedimentos que afetam a minha rotina de trabalho.

Concordo Plenamente. 8
Concordo Parcialmente. 6
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

21. O campus oferece condições adequadas de facilidade de acesso.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

22. O espaço físico em que atuo é adequado para o desempenho de minhas atividades.

Concordo Plenamente. 8
Concordo Parcialmente. 4
Discordo Parcialmente. 2
Discordo Plenamente. 0

23. Existem equipamentos de apoio e material de consumo em quantidade suficiente para o desempenho das minhas atividades.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

24. A FACEM demonstra favorecer a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Concordo Plenamente. 7
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 0
Discordo Plenamente. 0

25. A área de lazer e convivência é satisfatória.

Concordo Plenamente. 6
Concordo Parcialmente. 7
Discordo Parcialmente. 1
Discordo Plenamente. 0

---

5. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos

O Programa de Auto avaliação da FACEM tem se baseia na metodologia proposta pelo SINAES/CONAES. De acordo com a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação

institucional deverá contemplar as seguintes dimensões, respeitando-se obviamente, as especificidades de cada uma das IES:

A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que identifica o projeto e ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional ou nacional;

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades, a qual explicita as formas de procedimento quanto à formação acadêmico-científica, profissional e cidadã, de construção e disseminação do conhecimento, de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão;

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, que contempla o compromisso social da instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independente da configuração jurídica da IES;

A comunicação com a sociedade, que procura identificar as formas efetivas de aproximação entre a IES e a sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como fique explicitado o compromisso da IES com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém;

As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, que explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com as condições objetivas de trabalho;

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, que procura avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional;

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional, que procura perceber como o processo de avaliação está interligado ao processo de desenvolvimento institucional;

Políticas de atendimento aos estudantes, que procura analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade da vida estudantil;

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta e procura da educação superior que avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica, com vistas à eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

A partir da Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC – Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi organizado um instrumento matricial com cinco eixos, contemplando nestes, as dez dimensões referenciadas no marco legal do SINAES (Artigo 3º da Lei n° 10.861). O agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação. Os eixos ficam assim dispostos:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação).

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

A CPA, com base nesta nota técnica – agrupamento das 10 dimensões em 5 eixos – planejará a pesquisa em etapas com a elaboração dos instrumentos visando a coleta dos dados para a avaliação interna. Após a coleta dos dados, a CPA vai sistematizar e analisar os dados. A análise final pretende incluir, também, os seguintes níveis:

- Nível declaratório que analisará os textos fundamentais do projeto institucional;
- Nível normativo que avalia a coerência entre as normas institucionais e a gestão prática do Instituto;

- Nível da organização que avalia se a instituição conta com instâncias que promovam a qualidade compatível com as modalidades de ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica e social;
- Nível de resultados que avalia a eficácia e efetividade acadêmica e social dos processos desenvolvidos, formação de profissionais, produção acadêmica, artística e cultural disseminada no âmbito técnico-científico e social.

O processo avaliativo desta forma foi organizado e etapas tendo como referência os 5 eixos. O resultado das etapas será apresentado em relatórios parciais e no final do processo será feito o compilamento de todas as etapas que resultará no relatório final da avaliação interna e o mesmo será encaminhado ao Conselho Superior da IES e para o Ministério da Educação.

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
- Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da auto avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização.	- Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Quadro 4: 5 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES

Eixo1: Planejamento e Avaliação Institucional	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Eixo 4: Políticas de Gestão	Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão: 8- Planejamento e Avaliação	Dimensões: 1- Missão e PDI 3- Responsabilidade Social	Dimensões: 2- Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão. 4- Comunicação com a sociedade. 9- Política de Atendimento aos discentes	Dimensões: 5- Política de Pessoal 6- Organização e gestão da IES. 10- Sustentabilidade Financeira	Dimensão: 7- Infraestrutura Física

6. Processos de Gestão

Os processos avaliativos devem constituir, em primeiro lugar, instrumentos importantes de gestão capazes de indicar caminhos e rever processos. Mais que medir índices de crítica e satisfação a Avaliação Institucional está comprometida com a real reflexão sobre todos os processos e procedimentos.

A avaliação institucional se constitui um forte instrumento de melhoria da qualidade de ensino. Ela por ser participativa, coletiva, livre de ameaças, tem a capacidade de análises não comprometidas e envolve toda a comunidade acadêmica que participou respondendo questionários, criticando os procedimentos em andamento, discutindo em grupo os problemas de ensino e sugerindo ações que provoquem a melhoria da qualidade da Instituição como um todo. A avaliação é essencialmente educativa, portanto formativa, sem que para isso deixe de utilizar instrumentos e procedimentos de acompanhamento do processo e dos produtos.

A Avaliação Institucional é uma prática instituída na FACEM, que acompanha criteriosamente o desenvolvimento de suas atividades. Essa proposta de avaliação está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionada para a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão institucional, para a orientação da expansão da oferta de seus cursos, para afirmação da identidade institucional; 4) contribuir para a comunidade na qual está inserida considerando especialmente ações de responsabilidade social, levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Instituição.

A noção de qualidade está presente em cada passo planejado pela Instituição que busca a eficiência de todos os processos educacionais e administrativos. É dentro desse contexto que se institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem usando a avaliação como agente modificador. A Missão da FACEM, o seu propósito e suas metas determinam que haja também

uma preocupação constante com a formação integral do ser humano, enfatizando o exercício pleno da cidadania

A avaliação global da eficiência da Instituição é feita por meio do exame e da análise de dados contendo resultados tanto dos aspectos operacionais como acadêmicos dos diversos cursos. Esses componentes incluem a parte administrativa e as relações com a comunidade em que a Instituição está inserida.

Os processos avaliativos precisam construir a globalidade e a integração entre o sujeito e o objeto. A redução do fenômeno complexo e multidimensional da avaliação a um só ou poucos aspectos, sem articulação, traz o risco de resumir o processo a um desses instrumentos dedicados a medir e comparar, o que pode comprometer os resultados de desfigurar objetivos, portanto o aspecto da globalidade deve ser enfatizado sob pena de perder-se o entendimento multidimensional e polissêmico.

A Avaliação Institucional deve organizar os diversos instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração. A proposta é de uma avaliação constituída basicamente no processo de auto avaliação, visando principalmente o autoconhecimento institucional.

7. Demonstração de evolução Institucional

Com base nos resultados obtidos na pesquisa avaliativa realizada pela Comissão Própria de Avaliação, por meio de questionários eletrônicos, respondidos pela comunidade acadêmica via internet, assim como nos levantamentos realizados in loco e nas análises desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação da FACEM, concluímos o relatório de avaliação institucional da FACEM, relativo ao ano letivo de 2024, apresentando uma série de recomendações, em conformidade com os princípios e fundamentos teórico-filosóficos da avaliação.

As recomendações a seguir têm a finalidade precípua de subsidiar as ações gestoras que visem à solução de problemas existentes, além de contribuir com a elevação do padrão de qualidade dos processos e dos produtos gerados ou desenvolvidos pelos membros da comunidade acadêmica da FACEM.

Recomendações:

- Melhorias na estrutura física do Núcleo de Práticas Jurídicas;
- Alteração nos procedimentos de divulgação das avaliações das disciplinas interativas;

- Discutir ações para melhorar o acesso de alunos e colaborados à alimentação dentro do campus;

- Alteração no horário das aulas em razão da segurança no entorno do campus;

- Adoção de melhorias na segurança e na acessibilidade do campus;

- Disponibilização de parte do estacionamento interno para utilização pelos alunos

- Continuidade e reestruturação do NAAP, para que este prossiga no atendimento psicopedagógico ao corpo discente e docente;

- Continuidade da promoção dos eventos acadêmicos como palestras e seminários;

- Retomada dos programas de monitoria;

- Incremento das plataformas de comunicação da instituição tanto com a sua comunidade acadêmica, como com a sociedade civil;

- Sensibilização contínua da comunidade acadêmica para a importância da avaliação institucional em reunião com os coordenadores dos cursos e visita as salas de aula;

- Criação de um conselho de representantes de turmas, que deverá atuar como um órgão consultivo representativo do corpo discente.

- Continuidade das reuniões mensais com as coordenações de curso para acompanhamento e planejamento de ações previstas no Calendário Acadêmico, discussão e tomada de decisões sobre assuntos acadêmicos;

- Integração dos Núcleos Docentes Estruturantes de cada curso da IES, visando a melhoria constante das atividades acadêmicas;

- Adotar meios mais efetivos para a divulgação dos dados de auto avaliação para toda a comunidade acadêmica e a à comunidade em geral, de modo que todos tenham acesso às ações realizadas, aos resultados obtidos e às questões que ainda se encontram pendentes.

8- Conclusão

A instituição está a 03 anos sem criar novas turmas. Esta realidade de ausência de matrículas de novos alunos na instituição empurra toda a comunidade acadêmica para um quadro de incertezas. Porém, mesmo diante deste cenário obscuro, a CPA não pode se desviar da sua função institucional de avaliar a IES e apontar os melhores caminhos a serem trilhados.

Independentemente de qualquer coisa, prosseguiremos com o nosso trabalho de avaliação, sempre atuando na integração entre corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo, para que todos os seguimentos da comunidade acadêmica possam atuar no processo de auto avaliação. Esta comissão seguirá fazendo seu trabalho de forma firme e isenta, apresentando dados confiáveis que representam os mais importantes anseios de todos que participam da vida desta instituição.